

ESTRATÉGIAS DE SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DO PERIODISMO EM ITABUNA NA DÉCADA DE 1920

Bruno Alessandro Gusmão Moreira¹

Resumo

Esta comunicação analisará as estratégias de sustentação financeira empreendidas pelos órgãos de imprensa existentes na cidade de Itabuna na década de 1920. Existiram em Itabuna no período abordado quatro periódicos de produção regular, são eles: A Epoca, O Dia, Jornal de Itabuna e O Intransigente. Tais periódicos foram utilizados pelas elites locais como instrumentos políticos. A imprensa constituiu-se assim como uma “arena das letras”, espaço em que as disputas política travadas pelas elites locais foram levadas ao campo da cultura letrada. Esta breve interpretação do periodismo itabunense na década de 1920 deixa claro que sua principal chave de leitura é a dimensão política. Para esta comunicação, adotamos a ideia de que não devemos entender o campo político como uma área de estudo isolada visto que ele se relaciona com a maioria dos outros domínios da vida humana, como a economia. Buscamos identificar e analisar informações que a primeira vista diz respeito somente à dimensão econômica dos órgãos de imprensa, mas que só fazem sentido dentro de uma diversificada trama social que envolve, além da economia, política e cultura letrada. A análise de outras dimensões proporciona uma visão mais apurada das relações entre política e cultura letrada. A identificação e a análise das estratégias de sustentação financeira empreendidas pelos órgãos de imprensa supracitados permitem-nos compreender o periodismo em Itabuna na década de 1920 como uma prática social complexa situada em um contexto histórico.

Palavras chave: Sustentação financeira; imprensa; Itabuna.

Introdução

O objetivo desta comunicação é identificar e analisar os meios pelos quais os órgãos de imprensa que circularam em Itabuna na década de 1920 financiaram suas publicações. Os periódicos são empreendimentos que demandam custos. A manutenção de um órgão de imprensa em Itabuna na última década da Primeira República envolvia gastos com recursos humanos (tipógrafos e distribuidores), recursos tecnológicos (maquinário) e artigos diversos (papel, tinta, etc.). Diante de tais custos acreditamos que possuir um jornal não era uma opção disponível a qualquer sujeito histórico do corpo social itabunense do período abordado.

Esta abordagem foi pensada como colaboração aos estudos que tomam a imprensa sob a ótica da História Política. Como coloca Carvalho (2010), o periodismo em Itabuna na década de 1920 teve como principal característica ser um espaço de discussões e lutas políticas travadas pelos grupos dominantes da cidade. Existiu em Itabuna uma verdadeira “arena das letras”. A dimensão política constitui a principal chave de leitura da imprensa local.

Esta comunicação visa aliar à interpretação política da imprensa local a análise da dimensão econômica da mesma. Como sugere Remond:

Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. (REMOND, 2010, p.444) ²

As estratégias de sustentação financeira têm muito a nos dizer sobre as condições de produção da imprensa local. Elas nos revelam o periodismo articulado às possibilidades disponíveis no espaço em que se constituem e atuam: a cidade. Sobre Itabuna em específico veremos a seguir que a imprensa esteve articulada principalmente ao comércio e à política.

Breve caracterização da imprensa local

Existiram em Itabuna no decorrer da década de 1920 quatro órgãos de imprensa dotados de periodicidade regular³, são eles: *A Epoca*, *O Dia*, *Jornal de Itabuna* e *O Intransigente*. As publicações da imprensa fizeram parte da dinâmica política de Itabuna na Primeira República e são fontes indispensáveis para estudá-la. Por meio das letras as elites itabunenses manifestaram e discutiram diferentes visões de mundo. A imprensa local constituiu-se enquanto campo de produção e lutas simbólicas realizadas pelos grupos e personagens economicamente e politicamente dominantes da cidade.

Quando se fala de Itabuna na Primeira República pensamos imediatamente na monocultura e comércio do cacau. É sabido que a riqueza proporcionada por essa atividade agrícola foi de suma importância para a emancipação de Itabuna e para o desenvolvimento do perímetro urbano da mesma (CARVALHO, 2007). Sabe-se,

também, que a política local durante a primeira república (e mesmo após ela) esteve em grande medida atrelada aos interesses e disputas travadas pelas classes dominantes envolvidas no comércio do dito “fruto de ouro”. No entanto, pode-se dizer que os esforços empreendidos pelo capital da lavoura cacaueteira geraram conseqüências no que diz respeito à cultura letrada? Sim.

A emancipação política de Itabuna foi acompanhada por iniciativas que visavam dotar a nova cidade de infraestrutura (aparelho administrativo público, serviços de saúde, comércio, etc.) que atendessem aos interesses das classes dominantes da cidade. O estabelecimento de profissionais liberais em Itabuna a partir da iniciativa de cacauicultores pode ser incluso neste processo histórico. O capital oriundo do comércio do cacau esteve presente na vinda de profissionais liberais para a Itabuna recém emancipada. A atuação de Firmino Alves, personagem eleito pela literatura de cunho memorialístico como herói na emancipação política de Itabuna, é ilustrativa. Segundo Silveira:

Em conseqüência aos convites que fez em Sergipe e outros lugares, começaram a chegar também profissionais liberais, para os quais teve o cuidado de construir uma grande casa, com muitos quartos, que denominou “República dos Hóspedes”, oferecida como primeira residência sem qualquer custo. Corriam por sua conta as despesas com manutenção pessoal de cada um no período de adaptação. Durante muitos anos, ali foram recebidas personalidades que se tornaram parte importante de nossa história, como por exemplo, José Joaquim Xavier e João Batista Soares Lopes, médicos; Arthur Nilo de Santana e Zacarias Souza Freire, farmacêutico; Benigno Azevedo, prático de farmácia; Olinto Batista Leoni, João Matos e Miguel Deiró, engenheiros; Firmino Eloi de Almeida, agrônomo; Lafayette de Borborema, Virgílio Sá e Laudelino Lorens, advogados etc. A lista é bem longa e ficam apenas esses nomes para ilustração. (SILVEIRA, 2002, p.27-28)

O profissional liberal foi um personagem bastante ativo na dinâmica da política e do periodismo itabunense na década de 1920. Desde sua chegada esteve intimamente articulado aos interesses e demandas das classes dominantes da cidade. As elites cacauicultoras, centradas na figura do coronel buscaram legitimar seu poder no campo das produções simbólicas e para isso o recurso à escrita dos profissionais liberais, considerados os intelectuais da cultura letrada brasileira na Primeira República, foi

fundamental. No entanto, cabe apontar que os profissionais liberais não se restringiram a legitimar o poder dos coronéis. A trajetória de personagens como Gileno Amado (proprietário e diretor de *A Epoca*), Laudelino Lorens e Arthur Nilo de Santana revelam alto grau de importância alcançado pelos profissionais liberais na política local. Estes ocuparam cargos públicos na Intendência e no Conselho Municipal e cargos em instituições que embora não fossem públicas possuíam força política, tal qual a Associação Comercial de Itabuna.

Cabe aqui destacar que dos quatro periódicos anteriormente citados três eram propriedade de profissionais liberais, são eles: *A Epoca*, do advogado Gileno Amado; *O Dia*, do farmacêutico Antonio Tourinho; e o *Jornal de Itabuna*, do advogado Lafayette de Borborema. Poderes, econômico e simbólico, caminharam de mãos dadas em Itabuna durante a Primeira República. Passemos agora ao nosso objeto de análise: as fontes de receita do periodismo.

Um privilégio político

Da política local provinha um privilégio financeiro desejado e disputado pelos periódicos itabunenses. O aparelho administrativo municipal não contava com um órgão de imprensa oficial até o ano de 1931, quando foi criado o *Jornal Oficial* (AQUINO, 1999, p.27). Durante toda a década de 1920 a intendência e o conselho municipal recorreram aos periódicos particulares já existentes na cidade para darem publicidade aos seus comunicados. O *Orçamento Municipal da Cidade de Itabuna para o exercício de 1923* inclui na categoria “despesas” a quantia de cinco contos de réis destinados ao pagamento de um periódico responsável pelas publicações oficiais.

A escolha de tal periódico deveria acontecer a partir do concurso das propostas apresentadas à intendência pelos periódicos existentes na cidade. Todavia, a coincidência (relação de posse) entre os periódicos selecionados e os indivíduos que ocupavam o aparelho administrativo público sinaliza a existência de favorecimentos políticos na arena das letras. O caso do periódico *A Epoca* é ilustrativo. No início da década de 1920 José Joaquim Seabra assumiu o executivo estadual. Em Itabuna a ascensão do novo governador implicou a ascensão do grupo político “seabrista”, o

Partido Republicano Democrata (PRD). Este partido contava desde o ano 1917 com um órgão de imprensa porta voz dos seus interesses, o periódico *A Epoca*. Enquanto o PRD esteve à frente da política municipal (1920-1925) o periódico *A Epoca* usufruiu da renda oriunda do aparelho administrativo municipal. Entre as funções desempenhadas pelo órgão de imprensa oficial do município no período estavam as publicações de Atas das sessões do Conselho Municipal, Lista nominativa dos pagadores de décimas urbanas, editais sobre pleitos eleitorais, dentre outros. Além das publicações o periódico oficial era responsável pela demanda de serviços tipográficos diversos, como, por exemplo, a impressão dos orçamentos municipais.

Em 1926 o PRD foi afastado da liderança política local com a ascensão de Henrique Alves ao cargo de intendente. Tal fato significou o fim do privilégio político e financeiro do periódico *A Epoca*. Nos primeiros meses da gestão do novo intendente foi o *Jornal de Itabuna* que assumiu o posto de órgão de imprensa oficial do município, situação que durou pouco. Em Julho de 1926 Henrique Alves rompeu o vínculo com o *Jornal de Itabuna* e fundou *O Intransigente*, órgão de imprensa que passou a usufruir a verba oriunda do aparelho administrativo municipal e a oposição dos outros periódicos locais.

A imprensa e o comércio

Além do privilégio político supracitado existiram outros meios de obtenção de renda que foram usados em maior ou menor grau por todos os periódicos abordados. Tais meios assentavam-se, em especial, nas relações comerciais existentes em Itabuna no período.

Um primeiro meio utilizado era a venda das edições separadas ou por meio de assinaturas. A produção regular dos periódicos sinaliza a existência de um público leitor, consumidor dos periódicos enquanto produto comercial. Sobre a tiragem dos periódicos itabunenses e sobre o perfil do público(ou dos públicos) leitor possuímos pouca informação. Apenas o periódico *O Dia* traz informação acerca da tiragem, acusando no ano de 1925 a tiragem semanal de 4.200 exemplares, todavia este número é passível de suspeição como veremos adiante.

A imprensa fazia parte de uma diversificada gama de serviços e produtos disponíveis no comércio de Itabuna, em especial no distrito urbano. Segundo Carvalho (2007) Itabuna, de sua emancipação em 1906 em diante passou por mudanças significativas no sentido de construir uma infraestrutura adequada aos interesses das elites locais.

A diversificação e a expansão dos serviços e produtos disponíveis na cidade fizeram-se percebidos nas páginas da imprensa. Imprensa e comércio mantiveram relações estreitas. O comércio recorreu à imprensa para dar publicidade aos seus serviços e produtos, enquanto a imprensa obteve no comércio uma fonte de receita para subsidiar suas publicações. Neste contexto se deu a invasão das páginas da imprensa pelo mercado. Os periódicos alugaram espaços para a propaganda em suas edições. A organização dos conteúdos das edições do *Jornal de Itabuna*, por exemplo, mostra que este periódico reservava espaço significativo (as duas últimas páginas) de suas edições para a propaganda. Não raro, o *Jornal de Itabuna* publicava edições em que a última folha era totalmente preenchida por propagandas.

Os periódicos freqüentemente publicavam matérias estimulando os comerciantes a anunciarem seus serviços e produtos na imprensa. É neste sentido que a tiragem de 4.200 exemplares por semana apresentada por *O Dia* é uma informação pouco confiável. Este número pode ser interpretado como um artifício do mesmo periódico para atrair o investimento dos comerciantes locais. Os anunciantes eram diversos e variavam de produtos de circulação nacional, tais como medicamentos, automóveis, seguros, bebidas, etc., a serviços e profissionais locais, como armarinhos, pousadas, advogados e médicos.

Além da publicidade, o comércio demandou outros tipos de serviço dos órgãos de imprensa locais. No *Orçamento Municipal da Cidade de Itabuna para o Exercício de 1923* consta entre as fontes de receita da cidade a cobrança de licenças para fixar cartazes em locais públicos. Tratava-se de uma forma do poder público obter renda com as práticas propagandísticas no distrito urbano da cidade. Baseando-nos nesta informação e na venda de materiais diversos produzidos nas tipografias dos periódicos locais, acreditamos que Itabuna contava na década de 1920 com uma sensível difusão da cultura letrada.

As propagandas veiculadas pelos periódicos, acerca dos materiais tipográficos produzidos em suas oficinas, indicam que o comércio tipográfico era uma fonte de receita correntemente utilizada. É esclarecedor o fato de Antonio Tourinho, proprietário o periódico *O Dia*, possuir além deste uma farmácia e, especialmente, uma livraria.

Ocupações particulares

As ocupações particulares extra-imprensa dos proprietários dos periódicos também têm algo a nos dizer sobre as fontes de receita da imprensa itabunense na década de 1920. Gileno Amado (*A Epoca*) e Henrique Alves (*O Intransigente*), além de terem construído expressivas carreiras políticas em nível local, adquiriram fortuna com a cacauicultura. Sobre o primeiro, sabemos que se casou no ano de 1920 com Amélia Tavares, filha de Misael Tavares, um dos maiores cacauicultores existentes no sul da Bahia durante a Primeira República e financiador do PRD na cidade de Ilhéus no mesmo período. Para se ter uma idéia mais clara da riqueza material destes homens é necessário lembrar que:

Por ordem de importância, os principais produtos exportados pela Bahia eram: cacau, fumo, açúcar, café, couros curtidos e em salmoura (couro cru), peles, piaçava, pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeiras. [...] O cacau sempre esteve em primeiro lugar. [...] A existência de terras férteis no sul baiano, suas condições climáticas, mais a cobertura da floresta atlântica explicam o rápido desenvolvimento da lavoura cacauera naquela zona. (TAVARES, 2001, p.362-363.)⁴

Lafayette de Borborema (*Jornal de Itabuna*) exerceu a advocacia durante a maior parte de sua vida em Itabuna. Antonio Tourinho destacou-se no comércio. Era farmacêutico e possuía casa de comércio no mesmo ramo no distrito urbano de Itabuna. As ocupações particulares destes sujeitos históricos revelam que o periodismo de produção regular em Itabuna na década de 1920 era uma prática restrita às elites. Possuir e manter um órgão de imprensa não representava uma opção disponível a qualquer sujeito no período. Neste sentido, os órgãos de imprensa, veículos de produção simbólica, estiveram constantemente atrelados aos interesses das classes dominantes da cidade de Itabuna na década de 1920.

Conclusão

O periodismo na cidade de Itabuna na primeira república tem como principal chave de leitura a dimensão política. A imprensa local compôs uma arena das letras onde as elites disputaram espaço e legitimação política. Esta comunicação teve como objetivo analisar um ponto complementar à análise política da imprensa: os meios de obtenção de renda adotados pelos periódicos itabunenses para manterem a regularidade de suas publicações e sustentarem seus custos.

Ao identificarmos e compreendermos as estratégias de sustentação financeira dos periódicos *A Epoca*, *O Dia*, *Jornal de Itabuna* e *O Intransigente* buscamos aprender um pouco mais sobre o lugar e as condições de produção destes órgãos de imprensa em Itabuna na última década da Primeira República. As estratégias revelam a imprensa enquanto empreendimento estritamente elitista articulada às disputas políticas locais e à composição do comércio do distrito urbano da cidade. Deste modo, a imprensa mostrou-se enquanto prática social articulada ao local em que se constitui e atua: a cidade.

Notas

¹ Bruno Alessandro Gusmão Moreira; Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz; bolsista de iniciação científica vinculado ao programa ICB/UESC; brunomoreira.hist@gmail.com.

² RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2010. p. 441-450.

³ Consideramos regular as publicações de periodicidade semanal. Entretanto cabe apontar que o periódico *A Epoca* no segundo quinquênio da década de 1920 chegou a publicar duas edições por semana.

⁴TAVARES, Luis Henrique Dias. *Historia da Bahia*. 10ª. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.